



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



Claro que tudo isso – vou passar muito por cima – foi possível, porque houve um plano de estabilização. Estes dados são conhecidos. Ali, foi preciso até interromper o gráfico, para poder fazer na proporção em que ia para o infinito o grau de inflação que tínhamos. E nós mantivemos a inflação sobre controle. Enquanto eu for Presidente da República, a inflação vai estar na mira, para ser controlada. Enquanto eu estiver aqui, não haverá campanha eleitoral, não haverá pressão que altere os objetivos centrais do País, que são os de manter a inflação sob controle. Tem que ser assim, porque, se não é assim, já disse o que acontece: o pobre paga. O pobre paga o preço. E não vou deixar que isso aconteça.

Ao mesmo tempo em que controlamos a inflação e fizemos as transformações que já mencionei aqui – que foram muitas –, o Brasil não parou.

É preciso também que se mostre o que aconteceu com o salário mínimo. Isto aqui é um gráfico que vai de 1970 até hoje. Bom, nunca o salário mínimo real esteve neste nível. Os dados são eloquentes a respeito. É baixo, precisa mais, queremos mais, podendo. Mas a verdade é que os dados mostram aí com simplicidade que, depois do Plano Real, o salário mínimo sofreu uma elevação acentuada. Nunca foi tão alto na nossa história.

De vez em quando, vejo dados a respeito do início do salário mínimo nos anos 50. As pessoas se esquecem de que, naqueles anos 50, havia, segundo o Ministro Pedro Malan, mais de 30 salários mínimos. O Rio de Janeiro tinha o salário mais alto. E se toma o salário do Rio de Janeiro como se fosse o salário mínimo do Brasil. Não era. Então, esse dado engana. Quer dizer, quando se pega uma série muito longa, estão se medindo coisas diferentes, porque o salário mínimo era muito variado, havia muitos salários mínimos. Não era um só. Pegava-se o mais alto, que é o do Rio de Janeiro. E só para quem tinha carteira assinada.

Vejo, freqüentemente, que está piorando o salário mínimo no Brasil. Não é verdade. É erro de estatística. Faltou cabeça para analisar ou boafé para dizer as coisas como são. Houve um esforço grande para que o salário mínimo mantivesse um certo poder de compra. Quando se compara o salário mínimo com a cesta básica, vê-se que esta teve um

aumento de 44% nestes anos, desde o lançamento do Real. E o salário mínimo teve um aumento de 177%. E se for agora, no ano de 2002, de 208%. Portanto, multiplicou-se quase por cinco o aumento dele em comparação com a cesta básica. Também, quando se vêem os índices de inflação, houve um aumento efetivo, real, do salário mínimo. Não está bom, precisa aumentar a produtividade, a riqueza, controlar mais os gastos do Estado, porque hoje quem recebe isto aqui é o aposentado. Basicamente, o INSS paga isto aqui.

Mas, na verdade, é que nunca esteve em nível tão real, tão elevado, como agora. Ou seja, a estabilização não foi feita às custas do trabalhador.

Isto aqui mostra o que acabei de dizer. Nós fizemos a estabilização, em 1994 e, em nenhum ano, houve crescimento negativo. Houve crescimento baixo. Em 98, foi a crise da Rússia, em 99, houve a nossa crise, mas o crescimento foi sempre positivo.

Quando se olha mais para trás, para antes de 1994, vai se ver um ano que cresce e depois cai, cresce e cai. Mais para trás é assim, também: cresce e cai. No Plano Real, nunca tivemos queda do produto. Se se olhar o crescimento *per capita*, certamente, aqui, nestes dois anos, 98 e 99, houve queda. Nos outros, houve um aumento. Em média, houve um aumento de quase 2%, *per capita*, por ano, depois do Plano Real.

E quando se examina o crescimento *per capita*, nos anos anteriores ao Plano Real, o *per capita* foi: ano sim, ano não, um sobe, outro desce, um sobe, outro desce, um ziguezague e a falta de estabilidade. Se nós acumularmos o crescimento destes anos – não fiz a conta –, teremos um salto de 25%. Ou seja, para responder a muitas críticas e sintetizar, estabilizamos a economia, mantivemos a inflação sob controle, houve aumento da produção, houve aumento da produtividade, o salário mínimo real não caiu e o crescimento da economia foi de 25%.

Não foi estabilização com recessão. Poderíamos ter crescido mais. Gostaria que fosse mais. Espero que venha a ser mais no futuro, mas estamos atacando muitos problemas simultaneamente e num momento em que a economia se globalizou. Como aqui já lhes mostrei, em certos momentos, a crise veio de fora, como veio de fora, de novo, no ano 2000. É verdade que nós ajudamos com a crise de energia, também,

mas a recessão mundial veio de fora e isso não tem como se resolver internamente.

O problema é que, dadas as circunstâncias, nós estamos lutando para o Brasil avançar. E o Brasil está avançando.

Este é um dado conhecido: a entrada de investimentos estrangeiros diretos. Este, aqui, é 2001, é o ano da grande crise da economia mundial. Ainda assim, recebemos 26,6 bilhões de dólares. Só a China recebeu mais do que nós.

Agora, o que conta mais não é isso, não. O que conta mais é o seguinte: a taxa de formação bruta de capital fixo deve ser na ordem de 20%, neste ano. É baixa, podia ser mais alta, mas já foi muito mais baixa, tendo chegado a 13%, 14%. Isso quer dizer que, em relação a um produto de 600 bilhões, nós estamos investindo 120 bilhões de dólares. Segue verdadeira a tese de Barbosa Lima Sobrinho: “O capital se faz em casa.” Quer dizer, o capital que venha acrescentar é bom, traz tecnologia e também traz abertura de mercado, mas o grosso da capitalização continua sendo doméstica, ou seja, a força é grande.

Se formos olhar – está publicado nas revistas especializadas, recentes – entre as 500 maiores empresas, veremos que, nas 50 maiores empresas, não houve perda de controle por parte das empresas de capital de brasileiros, nem nos bancos, onde continua havendo uma forte participação estatal.

Então, também, a tese de que “cresceu, mas desnacionalizou” não é verdade. Num certo sentido, houve penetração de capital estrangeiro, mas não houve a perda de controle. Alguns perderam, obviamente, mas outros ganharam. No conjunto, houve transformação, controle da inflação, e o peso maior desse controle não caiu sobre os mais pobres. Talvez tenha caído sobre a classe média e sobre os ricos, mas não caiu sobre os mais pobres. Mantivemos um projeto de desenvolvimento, de crescimento e o País está com a economia pronta para voltar a crescer com mais força, dependendo das circunstâncias gerais.

Também não preciso falar sobre isso para dizer, simplesmente, que nós mudamos bastante o Estado. Mudamos, mas não diminuímos. Mudamos, mas não fizemos com que o Estado perdesse a capacidade

de ação. Mudamos, mas demos ao Estado mais eficiência e mais transparéncia.

O tópico transparéncia é importante. O mundo, hoje, quer crescimento, quer bem-estar, quer gente menos pobre, quer respeito ao meio ambiente, mas quer dignidade, quer ética. E a saudável reação ética no Brasil é muito bem-vinda. Devo lhes dizer que as contas e a gestão do Governo Federal, hoje, sofrem muitos controles. Tem o controle do Tribunal de Contas, tem o controle do Comitê de Controle Interno da Fazenda, que, agora, é da Casa Civil, tem o controle da Ouvidoria, tem o controle do Conselho de Ética, que criamos para controle do funcionalismo público, tem o controle da imprensa.

Não há ato público, hoje, que não passe por uma série imensa de controles, às vezes, controversos – há também o controle do Ministério Público – e, às vezes, exagerados. Mas é melhor assim. É melhor assim, porque as coisas se esclarecem e, se estiverem erradas, mudam-se.

Hoje, podemos dizer que avançamos para uma gestão cada vez mais transparente, em todos os níveis. Isso foi mais importante até do que a reforma do Estado, do que ter criado as agências que mencionei, do que ter desburocratizado a gestão da saúde, da educação, da reforma agrária, do que ter municipalizado, do que ter descentralizado, do que ter criado comissões de participações de controle.

Uma boa parte do nosso orçamento é participativo. Nenhum orçamento é mais participativo do que o da União, naquilo que cabe ser participativo, que é a destinação de verbas da saúde, de verbas da educação.

A sociedade civil precisa ser ainda mais ativada, mas a direção de um Estado democrático, responsável e que sirva à cidadania está marcada. É preciso continuar. É preciso mudar muita coisa, avançar mais. Avançar mais, mas não dizer: “Joga fora tudo que está aí.” Jogar fora tudo que está aí é jogar fora tudo isso que mostrei. É jogar fora um novo Brasil. Não vamos deixar jogar fora o novo Brasil. O País não vai deixar jogar fora o novo Brasil. Vai melhorar, vai mudar, certamente.

E, quando vier o novo Governo, espero que seja muito melhor que o meu. Estarei apto, se estiver vivo, a aplaudir entusiasticamente. Mas não

para destruir o que o povo fez. Isso, não. O povo fez essa transformação dentro da democracia.

Diante disso, o rumo está dado. Temos um projeto de Brasil. Temos que seguir nesse projeto com mais energia.

E quero lhes dizer o seguinte – aqui também estão os líderes partidários presentes e agradeço suas presenças: vamos governar até o fim do mandato como se estivéssemos no início do mandato. Estou falando a vocês, cansativamente para vocês, não para mim, porque acredito no Brasil. Gosto do Brasil. Trabalho pelo Brasil.

Vamos continuar assim. Vamos trabalhar pelo Brasil. Vamos avançar. Até o fim do Governo vamos trabalhar. Haverá eleições neste ano. Fato normal em uma democracia. E assim vai ser considerado. Será ridículo pensar em utilizar a máquina administrativa, até porque as máquinas são inúteis para o voto. Isso foi no passado. São negativas e inúteis para o voto.

Vamos trabalhar. E, para trabalhar, vamos precisar que isso que anunciei aqui – não vou voltar a falar de cada obra que vai ser terminada; vocês vão receber, por escrito – seja feito. Vamos exercer um controle ainda mais rigoroso.

Vamos pedir uma ação parlamentar vigorosa. Ação parlamentar que está resumida, aí, em alguns itens. A questão da CPMF, com a isenção da CPMF para as bolsas, está a ponto de ser votada. Precisamos da votação disso até março. O que passar de março é perda para o Brasil de 400 milhões de reais por semana. Ou se vota até março, ou, a cada semana, serão 400 milhões de reais a menos no orçamento. E, como vou controlar a questão da inflação, vou cortar despesas. É duro. Mas é assim.

Depois, vem a uniformização do ICMS. Já está no Congresso. Todo o mundo pediu isso. Está lá. É para acabar com a guerra fiscal. E, aí, são várias outras, como a Lei de Concordatas. Chamo a atenção para a questão da CPMF, para a questão do ICMS, para a questão do Sistema Financeiro, da sua regulamentação, que passa pela aprovação de uma emenda constitucional, que, simplesmente, dá liberdade de organizar o sistema financeiro, lei por lei, mas é muito importante por causa do Banco Central. Depois, a valorização do acordo coletivo. E também o

PL-9, para o qual faltam duas ou três votações. E isso é fundamental. Diz somente o seguinte: os novos funcionários públicos vão se reger pelo sistema de contribuição definida. É uma coisa normal, universal, como todo brasileiro faz. Não há razão, a não ser por um corporativismo desnecessário que atrapalha a Previdência, para que o Congresso não vote. Então, apelo ao Congresso para que vote isso. E não é verdade que o eleitorado não quer. É só explicar ao eleitorado do que se trata: "Olha, o projeto quer que todo o mundo seja igual no Brasil." Só isso. "Que seja igual a você. Se você já contribui assim, por que uma categoria vai contribuir diferentemente?" Isso nós vamos ter que votar. Essas são as leis fundamentais nessa área.

Agora, é muito importante que se vote esse conjunto. Já conversei com os Presidentes da Câmara e do Senado sobre a legislação relativa à questão da segurança pública, que é a modernização da Lei de Execuções Penais. A coisa mais importante é a execução penal, porque isso é que dá impunidade, porque não se chega a um resultado nunca. A mesma coisa, em relação ao Código Penal. Depois, o aumento de penas para crimes financeiros, a questão da corrupção internacional, da criminalização e o combate às organizações criminosas. Isso tudo – não vou especificar – já está no Congresso, está debatido, está discutido. São medidas moralizadoras, são medidas de execução mais rápida, que precisam ser votadas. Isso está na mesma linha de algumas atribuições da Polícia Federal e normas de direito penitenciário. Estatuto do Índio e Plano Nacional de Turismo são de outra natureza, não de segurança.

Falta pouco para votar o Estatuto do Índio. Nós devemos aos nossos indígenas a renovação desse estatuto. Acho que é preciso avançar nessa matéria. E também na Política Nacional de Turismo, porque o turismo é essencial para os nossos programas de exportação, para os nossos programas de emprego. Não é uma agenda pesada, mas é preciso que se vote isso.

E é preciso também dizer aos ministros que faço questão absoluta, reitero, absoluta, de atender a todas as metas do Projeto Alvorada, sobre o qual já falei rapidamente aqui, porque é o que vai tocar mais de fundo na questão da pobreza, na questão do Nordeste. Vamos ter que fazer um esforço e tocar todas essas metas.

Obviamente, não falei de cada Ministério. Nós fizemos no Ministério do Esporte e Turismo um avanço grande. Hoje, estamos recebendo mais de 5 milhões de turistas. Recebíamos 1 milhão de turistas. Vamos ter que incentivar mais a questão do turismo. E, na questão do esporte, também nas quadras esportivas e no esporte na escola, no esporte olímpico, temos uma grande transformação, que vai ter que ser apoiada.

O Governo Federal está fazendo metrô em muitas cidades. Não dá para falar de tudo, mas são áreas em que ainda temos muito por fazer. E, neste ano, ainda dá para fazer. Aí estão algumas metas que já vão ser especificadas. São programas, não são fantasias. Existem os recursos, existem os mecanismos, existe uma articulação. Nós estamos atrasados na questão de saneamento básico. Precisamos que o Congresso resolva a questão da titularidade do saneamento, para que possamos avançar com mais velocidade, senão não vamos poder baixar mais a mortalidade infantil. É preciso que se avance nessa matéria. Essas são as metas setoriais sobre as quais a gente não precisa ir além do que já disse aqui.

O Banco da Terra é uma inovação considerável, que tem que ser valorizada. Já houve o avanço do Banco da Terra, é um mecanismo positivo, de grande aceitação.

Essas são as obras que nós vamos concluir. Foi feita uma análise cuidadosa. Não quer dizer que as outras não vão ser feitas. Essas têm que ser concluídas, porque são fundamentais e podem ser concluídas.

Vejam vocês, de trens urbanos há muita coisa. Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte e São Paulo. Nós estamos fazendo vários trechos. Eu já mencionei quase tudo.

Na questão das penitenciárias, o Governo Federal gastou cerca de 800 milhões de reais. Temos feito muitas. Vamos fazer agora cinco penitenciárias federais. Fazemos em cooperação com os estados, basicamente, para a segurança deles. Agora, é preciso reformar as penitenciárias. Por isso, há algumas medidas aí adotadas também, porque não adianta fazer as penitenciárias e deixar que elas virem escola de crime. Aí, estamos financiando o crime. É preciso mudar a legislação de armas também. O projeto é nosso, está no Congresso há muito tempo. É do líder do Governo no Senado. A adulteração de armas não

é punida, a não ser para quem está adulterando. Quem é pego com uma arma adulterada, não. Não pode. Para que se tem arma adulterada na mão? Tem que ser punido. Nós temos que ser muito mais duros na legislação e na implementação da legislação preventiva dessa matéria. Não tem cabimento que não se proíba o porte de armas. Tem que aumentar a pena para uso de armas ilegais. É preciso apoiar os estados na questão dos agentes penitenciários. Os governadores todos me falam disso. Tem que mudar muito, da política da penitenciária ao tipo de guarda da penitenciária. Deixar mais livre o policial militar, para ele estar na rua. Chegar-se a um entendimento com a Polícia Civil, para ver quem fica na rua, quem faz o inquérito. Facilitar o inquérito, porque do jeito que é nunca se chega a uma condenação, e a impunidade fica aí à solta.

Há tempo para tudo isso. É compromisso, diante da crise de segurança, é compromisso de todo brasileiro e, portanto, do Congresso também, como é do Executivo, avançar o mais rapidamente possível, nessa matéria.

Bom, isso são programas já mais ou menos mencionados, aqui. São muitos.

Enfim, peço desculpas por tê-los cansado por tanto tempo. Mas eu achava que era da minha obrigação. E a mensagem que quero deixar firme aqui é: nós vamos continuar no rumo. O Brasil tem rumo, o Brasil está avançando. Dei os dados, não falei palavras, mostrei números. Quem achar o contrário, que traga números, e não palavras.

E nós não vamos deixar que esse avanço esmoreça no último ano de Governo. Este último ano tem que ser um ano de muita força, de muita energia. E é para isso que os convoquei.

Quero agradecer, também. Quero agradecer, porque recebi muito apoio, nestes anos todos – e espero continuar recebendo –, dos ministros, dos funcionários. Eu sempre tenho me referido àqueles que, anonimamente, trabalham, que são muitíssimos e, realmente, sem os quais isso não funcionaria, e ao fato de que nós temos uma administração pública brasileira competente. É preciso valorizar o nosso funcionário público, porque ele é competente.

Valorizar não é só a questão de salário, não; é a questão moral. É não aceitar que exista a idéia permanente de que o funcionário não trabalha ou de que é corrupto. Os que forem corruptos ou não trabalharem, aí, sim, tenhamos coragem de botá-los para fora. Já há lei para isso. Já há lei para isso, já podem botar para fora. Mas é preciso que haja a valorização do nosso funcionalismo.

Por fim, quero fazer, além do agradecimento, um apelo ao Congresso. Agradecimento, porque, realmente, se nós pudemos superar crises – e não quero me referir a outras crises, de outros países, para verem as dificuldades –, é porque nós tivemos a capacidade de coordenação e de buscar a unidade, nos momentos decisivos. O Congresso sempre foi sensível a isso.

Faço um apelo: que, diante do que foi exposto aqui, sejam votadas as leis necessárias, para nós darmos mais uma arrancada, sobretudo na questão da segurança, na questão do Banco Central, na questão da Previdência, na questão das exportações, na questão da legislação trabalhista. Que sejam votadas e, se o Governo for derrotado, será derrotado. Mas, o Governo vai se esforçar, primeiro, para não ser derrotado e, segundo, para que essa agenda funcione.

Nós temos poucos meses e não seria humano pedir aos parlamentares que, depois de junho, não se concentrassem nas suas eleições. Mas, até lá, dá muito tempo.

Termino dizendo que o Plano Real, que começamos a implementar com a URV, foi praticamente feito de outubro de 93 a março de 94 e implementado daí em diante. E o Plano Real não foi fácil de fazer. A crise de energia foi enfrentada em quatro meses.

Nós temos que nos concentrar nisso que nos falta aí, no que temos aí pela frente. Nós ainda temos 11 meses. É muito tempo. Não pode ser perdido. É muito tempo, e o Brasil precisa do nosso trabalho.

Muito obrigado.